

EDUCAÇÃO INCLUSIVA E CURRÍCULO: UM ESTUDO SOBRE A FORMAÇÃO DE PROFESSORES DE GEOGRAFIA NA UFPI

Marcos Gomes de SOUSA

Doutorando pelo Programa de Pós-Graduação em Geografia
Universidade Federal do Piauí (UFPI). Mestre em Geografia pela UFPI

E-mail: marcosggomes77@gmail.com

Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-7421-3768>

Armstrong Miranda EVANGELISTA

Pós-Doutorado em Geografia pelo Instituto de Geografia e Ordenamento do Território da
Universidade de Lisboa (IGOT-ULisboa). Doutorado em Educação pela Universidade Federal
do Ceará (UFC). Professor efetivo da Universidade Federal do Piauí (UFPI)

E-mail: armstrong@ufpi.edu.br

Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-5964-8413>

Recebido
Novembro de 2025

Aceito
Dezembro de 2025

Publicado
Dezembro de 2025

Resumo: A inclusão educacional constitui um dos princípios fundamentais para a construção de uma escola democrática, que reconhece e valoriza a diversidade humana. Nesse viés, o professor torna-se agente central na consolidação de uma escola verdadeiramente inclusiva, sendo sua formação um alicerce para a construção de um sistema educacional que reconhece e valoriza todas as formas de existência e de aprendizagem. O estudo visa discutir as concepções de inclusão presentes no currículo do curso de licenciatura em Geografia da UFPI, com o intuito de compreender de que forma a formação inicial tem contribuído para a preparação de professores capazes de atuar de maneira crítica e efetiva em contextos educacionais inclusivos. A pesquisa em questão, fundamentou-se em revisões bibliográficas nas quais foram consultados artigos acadêmicos, livros, Trabalhos de Conclusão de Curso (TCC) de Graduação e Pós-Graduação (dissertação e tese), como as obras dos autores Silva Neto *et al.* (2018); Cavalcanti (2012); Bezerra e Antero (2000); Glat, Pletsch e Souza Fontes (2007); Tavares, Santos e Freitas

(2016); e Ropoli, Mantoan e Santos (2010). A pesquisa analisa trabalhos desenvolvidos no curso de Geografia da UFPI com a temática geral “educação inclusiva e currículo na formação docente”. Constatou-se que a organização do curso carece de maior articulação entre teoria e prática, de modo a fortalecer competências essenciais para o exercício crítico e reflexivo da docência em diferentes contextos. Conclui-se que a pesquisa contribui para o debate sobre o papel do currículo na formação inicial de professores de Geografia, destacando a necessidade de expandir o espaço destinado a discussões sobre a prática docente para/na educação inclusiva.

Palavras-chave: Ensino de Geografia; formação docente; educação inclusiva.

INCLUSIVE EDUCATION AND CURRICULUM: A STUDY ON THE TRAINING OF GEOGRAPHY TEACHERS AT UFPI

Abstract: Educational inclusion is one of the fundamental principles for building a democratic school that recognizes and values human diversity. In this regard, teachers become central agents in the consolidation of a truly inclusive school, with their training serving as a foundation for building an educational system that recognizes and values all forms of existence and learning. This study aims to discuss the concepts of inclusion present in the curriculum of the Geography degree program at UFPI, with the goal of understanding how initial training has contributed to the preparation of teachers capable of acting critically and effectively in inclusive educational contexts. The research in question was based on bibliographic reviews in which academic articles, books, undergraduate and graduate final projects (dissertations and theses) were consulted, such as the works of Silva Neto et al. (2018); Cavalcanti (2012); Bezerra and Antero (2000); Glat, Pletsch, and Souza Fontes (2007); Tavares, Santos, and Freitas (2016); and Ropoli, Mantoan, and Santos (2010). The research analyzes works developed in the Geography course at UFPI with the general theme “Inclusive Education and Curriculum in Teacher Training.” It was found that the organization of the course lacks greater articulation between theory and practice, in order to strengthen essential skills for the critical and reflective exercise of teaching in different contexts. It is concluded that the research contributes to the debate on the role of the curriculum in the initial training of Geography teachers, highlighting the need to expand the space for discussions on teaching practice for/in inclusive education.

Keywords: Teaching Geography; teacher training; inclusive education.

EDUCACIÓN INCLUSIVA Y PLAN DE ESTUDIOS: UN ESTUDIO SOBRE LA FORMACIÓN DE PROFESORES DE GEOGRAFÍA EN LA UFPI

Resumen: La inclusión educativa constituye uno de los principios fundamentales para la construcción de una escuela democrática, que reconoce y valora la diversidad humana. En este sentido, el profesor se convierte en un agente central en la consolidación de una escuela verdaderamente inclusiva, siendo su formación una base para la construcción de un sistema educativo que reconoce y valora todas las formas de existencia y aprendizaje. El estudio tiene como objetivo discutir las concepciones de inclusión presentes en el plan de estudios del curso de licenciatura en Geografía de la UFPI, con el fin de comprender de qué manera la formación inicial ha contribuido a la preparación de profesores capaces de actuar de manera crítica y eficaz en contextos educativos inclusivos. La investigación en cuestión se basó en revisiones bibliográficas en las que se consultaron artículos académicos, libros, trabajos de fin de carrera

(TCC) de grado y posgrado (tesis y disertaciones), como las obras de los autores Silva Neto et al. (2018); Cavalcanti (2012); Bezerra y Antero (2000); Glat, Pletsch y Souza Fontes (2007); Tavares, Santos y Freitas (2016); y Ropoli, Mantoan y Santos (2010). La investigación analiza trabajos desarrollados en el curso de Geografía de la UFPI con la temática general «Educación inclusiva y currículo en la formación docente». Se constató que la organización del curso carece de una mayor articulación entre la teoría y la práctica, a fin de fortalecer las competencias esenciales para el ejercicio crítico y reflexivo de la docencia en diferentes contextos. Se concluye que la investigación contribuye al debate sobre el papel del currículo en la formación inicial de los profesores de Geografía, destacando la necesidad de ampliar el espacio destinado a los debates sobre la práctica docente para/en la educación inclusiva.

Palabras clave: Enseñanza de Geografía; formación docente; educación inclusiva.

INTRODUÇÃO

A inclusão educacional constitui um dos princípios fundamentais para a construção de uma escola democrática, que reconhece e valoriza a diversidade humana. No contexto da formação de professores, com destaque no curso de licenciatura em Geografia da Universidade Federal do Piauí (UFPI), torna-se essencial compreender como as concepções de inclusão estão incorporadas ao currículo formativo dos futuros professores.

Desse modo, essas concepções influenciam diretamente as práticas pedagógicas futuras dos docentes e, ao mesmo tempo, refletem o compromisso institucional com uma educação direcionada à equidade e à justiça social. A construção de uma educação inclusiva é um processo histórico, marcado por avanços legais, pedagógicos e sociais que visam a garantia ao direito à aprendizagem de todos os estudantes (Araujo, 2019).

Entretanto, apesar dos marcos normativos que sustentam essa perspectiva como a Constituição Federal (CF/1988), a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) (Brasil, 1996) e a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (PNEEEI) (Brasil, 2008), ainda há desafios no que diz respeito à efetivação de práticas verdadeiramente inclusivas no cotidiano escolar e na formação de professores. Nessa conjuntura, isso exige, entre outros fatores, a reformulação dos currículos de formação docente, de modo que contemple as especificidades da educação inclusiva, bem como a promoção ao respeito à diversidade e preparação para atuarem com diferentes sujeitos em contextos variados de ensino. Silva Neto *et al.* (2018, p. 82), mencionam que:

A educação inclusiva traz consigo uma mudança dos valores da educação tradicional, o que implica desenvolver novas políticas e reestruturação da educação. Para isso, é necessária uma transformação do sistema educacional, ainda exclusivo, direcionado para receber crianças dentro de um padrão de normalidade estabelecido historicamente.

Cavalcanti (2012) pondera que a educação é um fenômeno complexo que nos exige muito conhecimento e reflexão. Nesse sentido, compreender o papel do professor na educação demanda uma abordagem crítica e multidimensional, que considere os aspectos históricos, sociais, culturais e políticos que a constituem, reafirmando seu papel como instrumento de transformação social e de construção de sujeitos autônomos e conscientes.

Nesse viés, o professor torna-se agente central na consolidação de uma escola verdadeiramente inclusiva, sendo sua formação um alicerce para a construção de um sistema educacional que reconhece e valoriza todas as formas de existência e aprendizagem. Assim, a presente pesquisa se justifica pela necessidade de compreender como as concepções de inclusão estão inseridas no currículo do curso de licenciatura em Geografia da UFPI, considerando que a formação docente é um elemento crucial para a consolidação de práticas pedagógicas inclusivas.

Do ponto de vista acadêmico, a investigação contribui para o debate sobre a qualidade da formação inicial, evidenciando lacunas e potencialidades na preparação de professores para lidar com a diversidade no contexto escolar. Em termos sociais, a pesquisa se mostra relevante por dialogar com os princípios de equidade e justiça social, ao problematizar o papel da universidade pública na construção de uma educação que reconheça e valorize a pluralidade de sujeitos presentes nas salas de aulas brasileira.

O estudo visa discutir as concepções de inclusão presentes no currículo do curso de licenciatura em Geografia da UFPI, com o intuito de compreender de que forma a formação inicial tem contribuído para a preparação de professores capazes de atuar de maneira crítica e efetiva em contextos educacionais inclusivos. Os objetivos específicos são: i) identificar os elementos curriculares que tratam da temática da inclusão no currículo do curso de Geografia; ii) investigar a presença de disciplinas, conteúdos ou atividades formativas que promovam reflexões sobre a educação inclusiva na formação inicial dos licenciandos em Geografia e iii) caracterizar os desafios e possibilidades da formação docente para a construção de práticas inclusivas no contexto escolar.

METODOLOGIA

A pesquisa em questão fundamentou-se em revisões bibliográficas nas quais foram consultados artigos acadêmicos, livros, Trabalhos de Conclusão de Curso (TCC) de Graduação e de Pós-Graduação (dissertação e tese). Ademais, foram realizadas pesquisas em sites institucionais e acadêmicos com o abjetivo de ampliar o embasamento teórico e contextualizar a temática investigada.

Assim, a pesquisa bibliográfica constitui um elemento central nesta investigação. Marconi e Lakatos (2003, p. 158), afirmam que este tipo de pesquisa é “[...] um apanhado geral sobre os principais trabalhos já realizados, revestidos de importância, por poderem fornecer dados atuais e relevantes relacionados com o tema”, neste trabalho a educação inclusiva, currículo e formação de professores de Geografia.

Com isso, foram lidas as obras dos autores Silva Neto *et al.* (2018); Cavalcanti (2012); Bezerra e Antero (2000); Glat, Pletsch e Souza Fontes (2007); Tavares, Santos e Freitas (2016); e Ropoli, Mantoan e Santos (2010), que discutem, respectivamente, a democratização escolar na perspectiva de uma educação inclusiva, o ensino de Geografia no ambiente escolar, a diferença entre educação especial e educação inclusiva, a educação inclusiva na formação de professores e a educação especial.

Além da pesquisa bibliográfica, foram realizados levantamentos documentais em arquivos oficiais da educação, como a Base Nacional Comum Curricular (BNCC), a Constituição Federal de 1988 (Brasil, 1988), a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) de 1996 (Brasil, 1996), o Estatuto da Pessoa com Deficiência (Lei nº 13.146) a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (Brasil, 2008), que serviram como elementos basilares para a pesquisa. Ademais, foram analisados documentos do curso de Geografia da UFPI, tais como o Projeto Pedagógico do Curso (PPC) e sua respectiva grade curricular.

Acerca da pesquisa documental, Prodanov e Freitas (2013, p. 55) argumentam que ela “[...] baseia-se em materiais que não receberam ainda um tratamento analítico ou que podem ser reelaborados conforme os objetivos da pesquisa”. No contexto desta investigação, a pesquisa documental contribuiu para identificar as diretrizes e concepções de inclusão presentes nos documentos que orientam a formação de professores, expandido a compreensão sobre a temática da educação inclusiva abordada no currículo de licenciatura em Geografia da UFPI.

A pesquisa apresenta uma abordagem qualitativa sobre análise de trabalhos desenvolvidos no curso de Geografia da UFPI com a temática geral “Educação inclusiva e currículo na formação docente”. Segundo Godoy (1995, p. 62), os estudos denominados qualitativos “[...] têm como preocupação fundamental o estudo e a análise do mundo empírico em seu ambiente natural. Nessa abordagem, valoriza-se o contato direto e prolongado do pesquisador com o ambiente e a situação que está sendo estudada”.

A pesquisa é caracterizada também como exploratória, uma vez que é analisado o PPC de Geografia da UFPI e os documentos supracitados. De acordo com Prodanov e Freitas (2013), esse tipo de pesquisa é caracterizada quando se encontra na fase preliminar, e tem como objetivo proporcionar mais informações sobre o tema de pesquisa.

Assim, se buscou compreender de que forma essas diretrizes curriculares orientam a formação inicial dos futuros professores, o que possibilitou refletir sobre a presença ou ausência de princípios inclusivos nas disciplinas e conteúdos relacionados a acessibilidade, assim como de estratégias voltadas ao atendimento das necessidades educacionais específicas na instituição. Embora haja avanços no reconhecimento da importância da acessibilidade e da valorização da diversidade, se observa diariamente, a necessidade de ampliar e consolidar ações formativas que integrem, de modo mais sistemático, conteúdos, metodologias e estratégias voltadas ao atendimento das necessidades educacionais específicas.

A FORMAÇÃO DOCENTE NA PROMOÇÃO DA INCLUSÃO

Educação inclusiva e educação especial: conceito e amparo legal

A educação inclusiva no Brasil se constitui como um princípio fundamental para a garantia do direito ao acesso à educação, independentemente de deficiência, de gênero, de raça ou cultura. No Brasil, a educação inclusiva é amparada por meios de marcos legais como a Constituição Federal (CF) de 1988 (Brasil, 1988), a LBD (Brasil, 1996) e outros documentos normativos, que buscam romper com práticas excludentes históricas, enraizadas nas instituições de ensino, e respeitar a expressiva diversidade social do país.

Bezerra e Antero (2000, p. 2), afirmam que “Historicamente a existência discriminatória da escola e de toda sociedade limita-se à escolarização de um grupo seletivo e homogêneo de pessoas [...]”. Esse cenário revela como os sistemas educacionais foram, por muito tempo,

estruturados para excluir as diferenças, naturalizando desigualdades e reproduzindo práticas elitistas que desconsideram a pluralidade social e cultural dos sujeitos, o que reforça a urgência de repensar como as universidades podem ser espaços efetivamente inclusivos, democráticos e emancipadores.

Destaca-se que a proposta da educação inclusiva vai além da simples inserção de estudantes com deficiência no ensino, seja no meio escolar ou acadêmico. Entretanto, para que haja efetivação, são indispensáveis investimentos na formação inicial e continuada de professores, na adaptação curricular, na acessibilidade física e pedagógica, assim como uso de tecnologias assistivas.

Segundo a Constituição Federal, em seu artigo 205, a educação é um direito de todos e dever do Estado e da família, com o objetivo de promover o pleno desenvolvimento da pessoa e seu preparo para o exercício da cidadania (Brasil, 1988). Dessa forma, a educação deve ser compreendida como um instrumento de inclusão social, equidade e construção de uma sociedade mais democrática.

Ainda conforme o documento, em seu artigo 206, o ensino será ministrado com base em nove princípios, dentre eles o princípio I (igualdade de condições para o acesso e permanência na escola), IV (gratuidade do ensino público em estabelecimentos oficiais) e IX (garantia do direito à educação e à aprendizagem ao longo da vida) (Brasil, 1988). Esses princípios são fundamentais para a discussão sobre a educação inclusiva, pois reafirmam o compromisso do Estado com a superação das desigualdades educacionais, assegurando que todos os sujeitos, independente de suas condições, tenham acesso à educação.

Dessa forma, tais fundamentos sustentam uma concepção de instituições de ensino democráticas, acessíveis e acolhedoras. Apesar dos avanços, o país ainda enfrenta desafios significativos, como a resistência institucional, a precariedade de recursos e a carência de políticas públicas articuladas, que dificultam a consolidação de uma instituição de ensino verdadeiramente inclusiva e equitativa.

A LDB (Lei nº 9.394/1996), em seu Capítulo V, aborda a educação especial como uma modalidade de ensino destinada aos educandos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, e que cabe aos sistemas de ensino assegurar acesso a esses estudantes à educação de qualidade (Brasil, 1996). De acordo com o artigo 59 desse documento, os sistemas de ensino precisam de:

- I - currículos, métodos, técnicas, recursos educativos e organização específicos, para atender às suas necessidades;
- II - terminalidade específica para aqueles que não puderem atingir o nível exigido para a conclusão do ensino fundamental, em virtude de suas deficiências, e aceleração para concluir em menor tempo o programa escolar para os superdotados;
- III - professores com especialização adequada em nível médio ou superior, para atendimento especializado, bem como professores do ensino regular capacitados para a integração desses educandos nas classes comuns;
- IV - educação especial para o trabalho, visando a sua efetiva integração na vida em sociedade, inclusive condições adequadas para os que não revelarem capacidade de inserção no trabalho competitivo, mediante articulação com os órgãos oficiais afins, bem como para aqueles que apresentam uma habilidade superior nas áreas artística, intelectual ou psicomotora (Brasil, 1996, s.p.).

Os dispositivos legais expressos nos incisos I a IV do artigo 59 da LDB evidenciam o compromisso do ordenamento jurídico brasileiro com a garantia do direito à educação às pessoas com deficiência. Esses dispositivos legais não apenas orientam a prática educacional inclusiva, como também determinam um redimensionamento das políticas públicas e da organização escolar.

A partir do exposto, é essencial distinguir educação especial de educação inclusiva. A educação especial compreende ações pedagógicas específicas voltadas à minimização das barreiras enfrentadas por sujeitos com necessidades educacionais específicas, por meio de serviços como o Atendimento Educacional Especializado (AEE).

Já a educação inclusiva constitui um paradigma mais amplo, que propõe a reestruturação do sistema educacional a fim de assegurar o acesso, a permanência, a participação e a aprendizagem de todos os estudantes. Dessa forma, compreender essa distinção é fundamental para a formulação de práticas pedagógicas e políticas educacionais que garantam uma educação de qualidade, pautada nos direitos humanos e na valorização da diversidade. Segundo Galt, Pletsch e Souza Fontes (2007, p. 344):

A Educação Especial tradicionalmente se configurou como um sistema paralelo e segregado de ensino, voltado para o atendimento especializado de indivíduos com deficiências, distúrbios graves de aprendizagem e/ ou de comportamento, e altas habilidades. Contudo, a partir das últimas décadas, em função de novas demandas e expectativas sociais, os profissionais da área têm se voltado para a busca de outras formas de educação escolar com alternativas menos segregativas de absorção desses educandos nas redes de ensino.

Os mesmos autores, sobre educação inclusiva, declaram que “para tornar-se inclusiva, a escola precisa formar seus professores e equipe de gestão, bem como rever as formas de

interação vigentes entre todos os segmentos que a compõem e que nela interferem” (Galt; Pletsch; Souza Fontes, 2007, p. 344). O trecho ressalta a necessidade de uma transformação estrutural no ambiente escolar para que a inclusão seja efetivada.

Nesse contexto, a formação inicial de professores emerge como um importante componente, pois é durante essa etapa que os futuros docentes devem ser preparados para lidar com a diversidade em sala de aula, desenvolvendo competências teóricas e práticas que os capacitem a reconhecer e valorizar as diferenças, combater estigmas e adotar metodologias inclusivas. Diante disso, sem essa base, os professores tendem a reproduzir modelos excludentes e a enfrentar dificuldades na promoção de uma cultura escolar inclusiva.

Currículo e formação docente: visibilidade da educação inclusiva

As instituições de ensino exigem profissionais qualificados, sensíveis às diversidades e preparados para atuarem com práticas pedagógicas que promovam acesso e respeito às diferenças. Nesse sentido, a formação inicial dos professores deve contemplar, de forma reflexiva, os fundamentos teóricos e metodológicos da inclusão, permitindo a construção de saberes que superem visões assistencialistas ou meramente integradoras.

Tavares, Santos e Freitas (2016, p. 529) afirmam que “A formação de professores é um assunto atualíssimo e tem sido motivo de preocupação entre acadêmicos que pesquisam a educação inclusiva, além de ser alvo de várias políticas públicas”. No Brasil, diversas pesquisas têm evidenciado lacunas na formação inicial de professores no que diz respeito à inclusão, destacando a necessidade de reformulação dos currículos dos cursos de licenciatura em Geografia para contemplar, de forma efetiva, os princípios da educação inclusiva (Ropoli; Mantoan; Santos; Machado, 2010).

Nessa conjuntura, o currículo dos cursos de licenciatura em Geografia assume um papel estratégico para a promoção de uma formação docente alinhada aos princípios da educação inclusiva. São por meios dos currículos que se organizam os conteúdos, as metodologias e as práticas pedagógicas que irão fundamentar a atuação profissional dos futuros professores de Geografia. Para Sousa, Araújo e Evangelista, (2025, p. 296):

O currículo é uma ferramenta essencial para a organização do ensino, e existem possibilidades diversificadas para sua definição. Pode ser definido como uma ferramenta norteadora de conteúdos pedagógicos, baseado em pressupostos diversos que envolvem a esfera cultural, política, religiosa, econômica e institucional. O currículo expressa diferentes concepções de mundo e educacionais, algumas sintonizadas com paradigmas hegemônicos em determinada época e em determinados espaços. Mas ele não é unívoco, ao carregar conflito de interesses.

Diante disso, a formação docente, na perspectiva curricular inclusiva, precisa ser pensada a partir da integração teórica e prática, com o objetivo de compreender a sua totalidade (Santos; Menezes; Bento, 2020). “Assim, é essencial uma formação, tanto inicial quanto continuada, que englobe a diversidade presente nos ambientes educacionais, a fim de possibilitar o desenvolvimento de uma práxis que incentive a prática da alteridade e o respeito às diferenças” (Santos; Reis, 2016, p. 331).

Cavalcanti (2012, p. 80), argumenta que “[...] o que se defende com esse princípio é a formação do professor como práxis, como formação voltada à atividade profissional teórico-prática, que requer reflexões teóricas para a tomada de decisões nas tarefas cotidianas”. Tal entendimento é especialmente relevante quando se trata da educação inclusiva, pois exige do docente não apenas domínio técnico e pedagógico, mas também sensibilidade e compromisso ético com a diversidade ao atuar em sala de aula.

Diante do exposto, e considerando a importância de refletir sobre o que vem sendo produzido no curso de Geografia da Universidade Federal do Piauí (UFPI) acerca da formação de professores, currículo e educação inclusiva, destaca-se a relevância das revistas científicas “Revista Equador” e “Revista Publicações Avulsas”, como espaços de divulgação acadêmica comprometidos com essa temática na instituição. As publicações veiculadas nesses periódicos evidenciam um esforço institucional em fomentar o debate crítico e promover o compromisso social da universidade com a transformação da realidade educacional.

Na Revista Publicações Avulsas, a pesquisa de Medeiros e Sousa (2019) apresentam o artigo intitulado “Experiências para a formação de professores no ensino de Geografia: o uso de mapas táteis como proposta metodológica inclusiva”, essa foi a única pesquisa sobre a temática “Educação Inclusiva” publicada. O estudo tem como objetivo expor os resultados de oficinas desenvolvidas com graduandos dos cursos de Geografia e Pedagogia, voltadas para o uso de mapas táteis como recurso didático inclusivo no ensino de alunos com deficiência visual.

A pesquisa se baseou em uma revisão bibliográfica e em atividades práticas de formação, evidenciando a importância de preparar futuros docentes para o uso de metodologias acessíveis. Desse modo, o estudo se relaciona diretamente com a temática da formação docente e inclusão, ao propor práticas pedagógicas que contribuem para a construção de um ensino de Geografia mais inclusivo e sensível às diversidades.

A análise de produções científicas na revista evidencia uma grande lacuna significativa no que se refere à articulação entre currículo, formação docente e educação inclusiva. O levantamento realizado na Revista Equador (2012-2024) enfatiza que há ausência de artigos relacionados a essa temática, o que pode indicar uma tendência editorial voltada a outras abordagens da Geografia ou uma possível negligência das discussões inclusivas no contexto da formação de professores.

A ausência de pesquisas chama atenção, especialmente considerando o cenário educacional contemporâneo, que demanda práticas pedagógicas cada vez mais inclusiva. Desse modo, a carência de produções acadêmicas no curso de Geografia da UFPI, realça a necessidade desse curso promover mais a aplicação de métodos de ensino inclusivos, reforça ainda a relevância da acessibilidade no processo de ensino-aprendizagem.

Este breve diagnóstico evidencia, portanto, menor engajamento dos programas de pesquisas na promoção de investigação que articulem essas dimensões de maneira crítica, reflexiva e comprometida com a transformação da realidade educacional. Além desse breve panorama nas produções acadêmicas nessas revistas, observa-se um avanço significativo nas discussões teóricas, evidenciado por iniciativas que buscam ampliar o debate e propor práticas pedagógicas mais acessíveis por meios de eventos e cursos científicos.

Um exemplo notável é a realização de cursos de extensão com a temática dessa pesquisa, como o curso de extensão: Aprendizagem significativa com o uso de recursos didáticos não convencionais no ensino de Geografia: perspectivas para uma educação inclusiva. Esses cursos se configuram como um espaço de socialização de experiências, trocas metodológicas e construção coletiva de saberes voltados à inclusão. Nesse sentido, eles reforçam o compromisso do curso em tentar fomentar uma formação docente sensível às adversidades, estimulando o uso de materiais e estratégias didáticas que contemplem estudantes com diferentes necessidades específicas na Geografia.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Formação de professores de Geografia e a educação inclusiva: abordagem curricular da UFPI

O curso de licenciatura em Geografia da UFPI funciona em tempo integral, com duração mínima de quatro anos para efetivação da formação docente. Ademais, o programa oferece uma diversidade de disciplinas teóricas e práticas, contemplando conteúdos específicos da área de Geografia, componentes pedagógicos e atividades interdisciplinares, além de propostas extensionistas, que visam articular ensino, pesquisa e extensão.

A carga horária totaliza 3.200 horas (Quadro 3), que está distribuída entre os eixos da formação geral, formação específica e estágio supervisionado. Dessa forma, essa estrutura curricular busca assegurar uma formação sólida, crítica e comprometida com os desafios contemporâneos da educação, tal como a preocupação de práticas pedagógicas inclusivas (Universidade Federal do Piauí, 2018).

Quadro 3 – Síntese da matriz curricular do curso de licenciatura em Geografia

SÍNTESE DA MATRIZ CURRICULAR	Nº. de horas/aula
Disciplinas obrigatórias carga horária teórica	1545
Disciplinas obrigatórias carga horária prática*	510
Disciplinas optativas carga horária teórica e prática	210
Estágio Supervisionado Obrigatório	405
Atividades Curriculares de Extensão – ACE	330
Atividades Acadêmico-Científico-Culturais - AACC	200
TOTAL	3.200

Fonte: Universidade Federal do Piauí (2018).

De acordo com o Projeto Pedagógico do Curso de Geografia (PPCG), “As disciplinas vinculadas ao curso de Geografia são: Introdução à Metodologia Científica e Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS), sendo esta disciplina de formação comum, e todas as outras ofertadas pelo próprio curso de Geografia, fazem parte do CCHL” (Universidade Federal do Piauí, 2018, p. 11). Essa última disciplina, trata-se de uma das poucas disciplinas que abordam de forma mais aprofundada a temática da educação inclusiva no curso.

Contudo, se observa que as discussões se concentram majoritariamente nas questões relacionadas às pessoas com deficiência, o que revela uma abordagem ainda restrita e setorial do conceito de inclusão. Tal delimitação evidencia a necessidade de ampliar o debate para outras dimensões da diversidade, como gênero, etnia, classe social, orientação sexual e diferenças culturais, de modo a promover uma formação docente mais integral e sensível a pluralidade presente no ambiente escolar.

O currículo integra atividades complementares, projetos de extensão e iniciação científica, proporcionando ao licenciando experiências formativas amplas e conectadas com a realidade social e escolar. Dentre as disciplinas formativas (Formação comum), existem oito componentes de formação comum: Filosofia da Educação, Sociologia da Educação, História da Educação, LIBRAS, Didática Geral, Legislação e Organização da Educação Básica, Avaliação da Aprendizagem e Psicologia da Educação. Esses componentes são fundamentais para a compreensão das bases teóricas e metodológicas do processo educativo inclusivo (Universidade Federal do Piauí, 2018).

No contexto da educação inclusiva, algumas dessas disciplinas apresentam maior potencial formativo, a exemplo de LIBRAS, Psicologia da Educação, Didática Geral, Legislação e Organização da Educação Básica, Avaliação da Aprendizagem. Portanto são disciplinas não específicas do curso de Geografia, mas que possibilitam a problematização das práticas pedagógicas voltadas à diversidade, a análise das políticas públicas inclusivas, a reflexão sobre os aspectos legais que asseguram o direito à educação para todos.

Além das disciplinas obrigatórias de formação comum, o curso oferta dezesseis componentes optativos, dos quais apenas cinco (optativas/formação específica) apresentam potencial para inserir, de forma mais direta, a temática da educação inclusiva na formação de professores de Geografia. São elas: Cartografia Escolar, Ensino sobre Cidades, Geografia, Currículo e Ensino, Pesquisa e Educação Geográfica, Recursos Didáticos para o Ensino de Geografia (Universidade Federal do Piauí, 2018).

Essas disciplinas, embora optativas, contribuem significativamente para a ampliação do repertório pedagógico dos licenciandos, ao possibilitarem reflexões sobre práticas didáticas acessíveis, mesmo que de forma secundária. Dentre as disciplinas de formação específicas do curso (obrigatórias), apenas a Cartografia, Cartografia Temática, Atividades Curriculares de Extensão (ACE) 2, Atividades Curriculares de Extensão (ACE) 3, Metodologia do Ensino de Geografia, Atividades Curriculares de Extensão (ACE) 4, Atividades Curriculares de Extensão

(ACE) 5, Estágio Supervisionado Obrigatório I, Estágio Supervisionado Obrigatório II, Estágio Supervisionado Obrigatório III e Educação Ambiental, apresentam potencialidade para abordar a educação inclusiva.

Nessas perspectivas, foi organizado um quadro com algumas sugestões/abordagens da temática inclusiva na formação de professores de Geografia e a educação inclusiva (Quadro 4):

Quadro 4 – Disciplinas com potencial para abordagem da educação inclusiva na formação em Geografia

Disciplina	Possibilidades de abordagem da educação inclusiva
Formação específica/obrigatório	
Cartografia	Adaptação de mapas e materiais cartográficos para estudantes cegos ou com baixa visão; uso de tecnologias assistivas (<i>software</i> e aplicativos).
Cartografia Temática	Uso de mapas com linguagem simplificada e adaptada (mapas táteis); uso de maquetes tridimensionais; cartografia temática sonora; mapas interativos digitais; produção de mapas com cores acessíveis e alto contraste.
Atividades Curriculares de Extensão (ACE) 2	Ações de extensão voltadas à inclusão social e educacional em comunidades e escolas públicas; oficinas de conscientização sobre diversidade e inclusão; parcerias com instituições especializadas; extensão digital acessível; projetos interdisciplinares com foco na acessibilidade; ações culturais inclusivas.
Atividades Curriculares de Extensão (ACE) 3	Projetos com foco em acessibilidade e práticas pedagógicas inclusivas. Produção de materiais didáticos acessíveis; projetos de inclusão digital.
Atividades Curriculares de Extensão (ACE) 4	Intervenções que promovam o direito à educação para todos, com foco em populações vulneráveis; Produção científica e divulgação acessível; intervenções em espaços educativos e comunitários; formação continuada em educação inclusiva.
Atividades Curriculares de Extensão (ACE) 5	Desenvolvimento de práticas educativas inclusivas em espaços formais e não formais; Socialização de experiências inclusivas; desenvolvimento de tecnologias sociais inclusivas.
Metodologia do Ensino de Geografia	Discussão sobre estratégias didáticas inclusivas e diferenciação pedagógica no ensino da Geografia; adaptações de materiais didáticos e atividades geográficas; uso de metodologias ativas inclusivas; uso de recursos tecnológicos e digitais acessíveis; reflexões docentes sobre práticas inclusivas.
Estágio Supervisionado Obrigatório I	Observação e análise de contextos escolares com foco na inclusão; Reconhecimento da inclusão como respeito à diversidade social, cultural, étnico-racial, de gênero, de classe e as deficiências de estudantes; adaptações no currículo que promovam a inclusão: objetivos, métodos, recursos e avaliações; Planejamento de aulas considerando a diversidade de estudantes.
Estágio Supervisionado Obrigatório II	Adaptações no currículo que promovam a inclusão: objetivos, métodos, recursos e avaliações; Planejamento de aulas considerando a diversidade de estudantes; favorecimento dos diferentes estilos de aprendizagem, incluindo o aprendizado colaborativo.

Estágio Supervisionado Obrigatório III	Adaptações no currículo que promovam a inclusão: objetivos, métodos, recursos e avaliações; planejamento de aulas considerando a diversidade de estudantes; execução de práticas inclusivas em sala de aula, com avaliação crítica das metodologias aplicadas; favorecimento dos diferentes estilos de aprendizagem, incluindo o aprendizado colaborativo.
Educação Ambiental	Relação entre justiça ambiental e inclusão social; educação ambiental acessível e participativa. Uso de recursos multissensoriais (sons da natureza, texturas das folhas e dos solos, aromas); trabalhos de campos inclusivos, projetos interdisciplinares.
Formação específica/optativa	
Cartografia Escolar	Produção de materiais cartográficos acessíveis para o uso em salas de aula inclusivas.
Ensino sobre Cidades	Abordagem das desigualdades socioespaciais e inclusão de grupos marginalizados no espaço urbano. Mapeamento acessível da cidade, estudos da acessibilidade urbana e acessibilidade.
Geografia, Currículo e Ensino	Reflexão crítica sobre o currículo e a necessidade de contemplar a diversidade no ensino de Geografia. Adaptações de conteúdos e metodologias de ensino; discussão sobre diversidade cultural; formação docente e práticas inclusivas.
Pesquisa e Educação Geográfica	Investigação de práticas inclusivas no ensino de Geografia em diferentes contextos escolares.
Recursos Didáticos para o Ensino de Geografia.	Produção e adaptação de materiais didáticos acessíveis para alunos com deficiência.
Formação comum/obrigatórias	
LIBRAS	Introdução à Língua Brasileira de Sinais como ferramenta de comunicação com estudantes surdos; promoção da acessibilidade linguística no ambiente escolar.
Psicologia da Educação	Compreensão do desenvolvimento humano em sua diversidade; reflexão sobre as necessidades específicas de aprendizagem.
Didática Geral	Elaboração de estratégias pedagógicas diferenciadas e inclusivas; adaptação de metodologias ao perfil dos estudantes.
Legislação e Organização da Educação Básica	Estudo das políticas públicas de inclusão e dos marcos legais que garantem o direito à educação de qualidade para todos.
Avaliação da Aprendizagem	Discussão sobre práticas avaliativas equitativas e sensíveis às diferenças cognitivas, culturais e físicas dos estudantes.

Fonte: Universidade Federal do Piauí (2018). Organização: Os autores (2025).

Essas disciplinas, embora com enfoques distintos, compartilham a possibilidade de fomentar práticas pedagógicas sensíveis à diversidade, promovendo a construção de saberes voltados à equidade, à acessibilidade e ao respeito às diferenças no espaço acadêmico e escolar. Dessa forma, ao abordar temas como adaptação de recursos didáticos, desenvolvimento humano integral, políticas públicas educacionais, avaliação inclusiva e práticas de ensino contextualizadas, tais componentes curriculares se configuram como fundamentais para a consolidação de uma formação docente crítica, ética e alinhada aos princípios de uma educação para todos.

Além dessas disciplinas, os alunos têm a autonomia para buscar informações sobre essa temática, participando de eventos científicos, programas de formação inicial (PIBID, PIBIC, Residência Pedagógica, PET e outros), cursos de extensões e realizando produções acadêmicas com o viés da educação inclusiva (Atividades Complementares). Cavalcanti (2012) menciona que a formação do professor deve ser voltada às atividades teórico-prática, que sejam reflexivos para ambas em sua formação. Segundo o Projeto Pedagógico do Curso de Geografia:

Os estudos independentes, realizados por meio de atividades acadêmico-científico culturais, constituem um conjunto de estratégias pedagógico-didáticas que permitem, no âmbito do currículo, a articulação entre teoria e prática e a complementação, por parte do estudante, dos saberes e habilidades necessárias à sua formação (UFPI, 2025, p. 46).

Assim, evidencia-se que a estrutura curricular do curso de licenciatura em Geografia da UFPI contempla espaços formativos que, quando articulados de maneira intencional e crítica, favorecem a construção de uma prática docente comprometida com a inclusão. O currículo analisado apresenta potencial para contribuir com a formação de professores capazes de atuar de forma ética, reflexiva e inclusiva, desde que as propostas pedagógicas sejam efetivamente orientadas pelos princípios da educação para a diversidade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise do Projeto Pedagógico do Curso de Geografia da UFPI permitiu compreender, de forma crítica, como a estrutura curricular, a distribuição das disciplinas e a abordagem de temáticas transversais, como a inclusão e a formação nas perspectivas da educação inclusiva. Diante disso, observou-se que, embora haja avanços na atualização do currículo e na inserção de conteúdos voltados para a práticas pedagógicas inovadoras, ainda existem lacunas no que se refere à integração efetiva de conhecimentos que dialoguem de maneira mais ampla com os desafios da educação inclusiva e com as transformações sociais e tecnológicas em curso.

Diante disso, constatou-se que a organização do curso preserva elementos tradicionais da formação docente, mas carece de maior articulação entre teoria e prática, de modo a fortalecer competências essenciais para o exercício crítico e reflexivo da docência em diferentes contextos. Assim, é importante haver revisões periódicas no Político Pedagógico do curso, a fim de assegurar que o perfil do egresso corresponda não apenas às exigências legais e

institucionais, mas também às necessidades reais do sistema educacional e da sociedade, visando maior ampliação da diversidade e inclusão.

Por fim, a pesquisa contribui para o debate sobre o papel do currículo na formação inicial de professores de Geografia, destacando a necessidade de expandir o espaço destinado a discussões sobre a prática docente para/na educação inclusiva. Espera-se que este estudo possa servir de subsídio para reflexões futuras, fomentando a construção de propostas pedagógicas mais alinhadas aos princípios educacionais democrático, crítico e socialmente comprometido.

REFERÊNCIAS

ARAUJO, Carla Cristina Varela. **Formação docente para educação inclusiva: os currículos das licenciaturas em Geografia das universidades públicas do Paraná em 2018**. 2019. Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura em Geografia). Universidade Federal da Integração Latino-Americana, Foz do Iguaçu, 2019. Disponível em: <https://dspace.unila.edu.br/items/c68ff416-f69f-4f68-a27f-25d59054a858>. Acesso em: 10 fev. 2025.

BEZERRA, Lourayne Natiely Vanderlei; ANTERO, Katia Farias. Um breve histórico da educação inclusiva no Brasil. *In*: CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO, 7., 2000, Maceió. **Anais [...]**. Maceió: UFAL, 2000.

BRASIL. **Constituição Federal (1988)**. Brasília, DF: Senado Federal, 1988. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 20 de abr. 2025.

BRASIL. **Decreto nº 43.402, de 18 de março de 1958**. Dispõe sobre a organização do Conselho Federal de Educação. Diário Oficial da União. Brasília, DF, 19 mar.1958. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1950-1959/decreto-43402-18-marco-1958-382292-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 5 jul. 2025.

BRASIL. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 23 dez. 1996. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm. Acesso em: 20 jun. 2025.

CARVALHO, Pedro Henrique Teixeira; ASSIS, Raimundo Jucier Sousa de. A institucionalização do curso de Geografia no Piauí. **Terra Brasilis**, São Paulo, v. 20, p. 1-17, dez. 2023. Disponível em: <https://journals.openedition.org/terrabrasilis/14510#quotation>. Acesso em: 10 jul. 2025.

CAVALCANTI, Lana de Souza. **O ensino de Geografia na escola**. Campinas: Papirus, 2012.

GLAT, Rosana; PLETSCHE, Márcia Denise; SOUZA FONTES, Rejane de. Educação inclusiva e educação especial: propostas que se complementam no contexto da escola aberta à diversidade. **Revista do Centro de Educação**, Santa Maria, v. 32, n. 2, p. 343-355, 2007.

GODOY, Arilda Schimidt. Introdução à pesquisa qualitativa e suas possibilidades. **Revista de administração de empresas**, São Paulo, v. 35, n. 2, p. 57-63, mar./abr. 1995. Disponível em: <https://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/rae/article/view/38183>. Acesso em: 15 abr. 2025.

MARCONI, Maria. Amalya Andery.; LAKATOS, Eva. Maria. **Fundamentos da metodologia científica**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2003.

PRODANOV, Cleber Cristiano; FREITAS, Ernani Cesar de. **Metodologia do trabalho científico: métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico**. 2. ed. Novo Hamburgo: Feevale, 2013.

ROPOLI, Edilene Aparecida; MANTOAN, Maria Teresa Eglér; SANTOS, Maria Terezinha da Consolação Teixeira dos; MACHADO, Rosângela. **A educação especial na perspectiva da inclusão escolar: a escola comum inclusiva**. 1. ed. Brasília: Ministério da Educação, 2010.

SANTOS, Luline Silva carvalho; MENEZES, Priscylla Karoline de; BENTO, Izabella Peracini. Formação inicial de professores de Geografia e o contexto das orientações curriculares atuais. *In*: ROSA, Claudia do Carmo; BORBA, Odiones de Fátima; OLIVEIRA, Suzana Ribeiro Lima. (org.). **Formação de professores e ensino de Geografia: contextos e perspectivas**. Goiânia: C&a alta Comunicação, 2020. p. 85-106.

SANTOS, Thiffanne Pereira dos; REAIS, Marlene Barbosa de Freitas. A formação docente na perspectiva da educação inclusiva. **Revista Travessias**, [S. l.], v. 10, n. 2, p. 330-344, 2016.

SILVA NETO, Antenor de Oliveira *et al.* Educação inclusiva: uma escola para todos. **Revista Educação Especial**, [S.l.], v. 30, n. 60, p. 81-92, jan./jan. 2018. Disponível em: <https://www.redalyc.org/journal/3131/313154906008/313154906008.pdf>. Acesso em: 11 fev. 2025.

SOUSA, Marcos Gomes de; ARAÚJO, Alda Cristina de Ananias; EVANGELISTA, Armstrong Miranda. A inclusão de tecnologias no currículo de geografia: potencialidades e desafios na educação básica. **Revista Boletim Paulista de Geografia**, Goiás, v. 1, n.113, p. 290–309, abr. 2025. Disponível em: <https://publicacoes.agb.org.br/boletim-paulista/article/view/3431>. Acesso em: 20 jun. 2025.

TAVARES, Lídia Mara Fernandes Lopes; SANTOS, Larissa Medeiros Marinho dos; FREITAS, Maria Nivalda Carvalho. A Educação Inclusiva: um estudo sobre a formação docente. **Revista Brasileira Educação Especial**, Marília, v. 22, n. 4, p. 527-542, out./dez. 2016.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ - UFPI. **Projeto Pedagógico do Curso de Licenciatura em Geografia**. Teresina: UFPI, 2018.